



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Direitos Fundamentais

Unidade curricular

Direitos Fundamentais – turma C

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Maria Guerra Martins

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da unidade curricular de Direitos Fundamentais (turma C) é investigar em que medida as múltiplas crises, que têm assolado a Europa e o Mundo nos últimos tempos: a crise económica e financeira, a crise dos refugiados e migratória, a crise provocada pelo terrorismo e a crise do Brexit influenciam a proteção e a tutela dos direitos fundamentais. A partir da análise crítica da Jurisprudência de alguns Tribunais Constitucionais dos Estados-Membros da União Europeia, incluindo o Tribunal Constitucional Português, bem como da Jurisprudência de alguns Tribunais Internacionais, designadamente, na Europa, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e, no continente americano, do Tribunal Americano dos Direitos Humanos (TADH) procurar-se-á responder à questão de saber se da conjugação destas várias jurisprudências resulta uma melhor proteção e tutela dos direitos das pessoas, sejam eles direitos, liberdades e garantias ou direitos sociais, económicos e culturais.

Conteúdos programáticos

#### **TEMA: A PROTEÇÃO E TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TEMPOS DE MÚLTIPLAS CRISES NA EUROPA**

##### **CAPÍTULO I**

##### **ENQUADRAMENTO GERAL:**

##### **A PROTEÇÃO MULTINÍVEL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

1. Premissa de que se parte: a proteção multinível dos direitos fundamentais
2. Os três níveis de proteção dos direitos fundamentais – direito constitucional, direito internacional e direito da União Europeia
3. Os três níveis de tutela multinível dos direitos fundamentais – justiça constitucional, justiça internacional e justiça da União Europeia
4. As vantagens e desvantagens da proteção e da tutela multinível dos direitos fundamentais
5. A cooperação judicial como forma de ultrapassar as desvantagens da tutela multinível dos direitos fundamentais

##### **CAPÍTULO II**

##### **AS CRISES E AS RESTRIÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EUROPA**

1. As crises recentes com implicações nos direitos fundamentais na Europa
  - 1.1. Crise económica e financeira
  - 1.2. Crise migratória
  - 1.3. Crise dos refugiados
  - 1.4. Crise provocada pelo terrorismo
  - 1.5. Crise do Brexit



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

2. As respostas do Direito interno, internacional e europeu às crises
- 2.1. As restrições de direitos fundamentais
- 2.2. As derrogações de direitos fundamentais

### **CAPÍTULO III**

#### **A RESPOSTA DOS TRIBUNAIS ÀS MÚLTIPLAS CRISES**

1. A jurisprudência dos tribunais nacionais, maxime dos constitucionais
2. A jurisprudência dos tribunais internacionais
3. A jurisprudência dos tribunais da União Europeia
4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

### **CAPÍTULO IV**

#### **A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NO ÂMBITO DAS MÚLTIPLAS CRISES**

1. O diálogo formal entre Tribunais
2. O diálogo informal entre Tribunais
3. As convergências e divergências de jurisprudência
4. O diálogo entre os Tribunais contribui para o reforço da proteção dos direitos fundamentais?

### **Capítulo V**

#### **QUEM É O ÚLTIMO ARBITRO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS?**

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Sendo o objetivo último da unidade curricular preparar os Estudantes para a realização de uma dissertação de mestrado, na área dos Direitos Fundamentais, tal empreendimento pressuporá sempre o domínio da teoria geral dos direitos fundamentais e do seu regime jurídico nacional, internacional e europeu bem como da jurisprudência dos Tribunais Constitucionais, do TJUE, do TEDH e do TADH. Ora, todas estas matérias vão ser estudadas e aprofundadas nesta unidade curricular. Tratando-se de um domínio que se encontra em evolução, isso permitirá aos Estudantes desenvolverem as suas capacidades de inovação e criatividade.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O mestrado será realizado em regime de seminário de investigação. Nas primeiras aulas, a regente fará uma exposição sumária sobre o objeto da unidade curricular assim como apresentará uma lista de temas com vista à escolha por parte dos Estudante de um deles para a realização de uma exposição oral e do posterior relatório escrito. Numa segunda fase, os Estudantes apresentarão oralmente o seu trabalho de investigação que será sujeito a crítica de toda a turma e receberão orientação para o relatório escrito. A avaliação resultará da participação nas aulas (20%), da exposição oral (30%) e do relatório escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A realização dos trabalhos por parte dos Estudantes será efetuada segundo o método de investigação jurídica com uma apresentação oral sujeita a contra argumentação e com orientação no relatório escrito, nos mesmos termos em que será desenvolvida posteriormente a dissertação de mestrado.

Bibliografia principal

Indica-se apenas a bibliografia da regente, na qual são citados outros textos que permitirão aos Estudantes prosseguir



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

a investigação.

#### Livros

- *A proteção multinível dos direitos fundamentais – Estudos sobre diálogo judicial* (coord.), Lisboa, AAFDL, 2019.
- *Estudos de Direito Internacional e da União Europeia / Essays on International and European Union Law*, Coimbra, Almedina, 2019.
- *Estudos de Direito Constitucional / Essays on Constitutional Law*, Lisbon, AAFDL, 2019.

#### Artigos

- “Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law”, *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 2015, vol. 22, n.º 5, p. 678-705.
- “A tutela multinível dos direitos fundamentais”, *Revista do Esmape*, vol. 19, n.º 40, 2014, p. 35-70 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- “Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – the Role of the Portuguese Constitutional Court”, in M. Andenas / D. Fairgrieve, *Courts and Comparative Law*, Oxford, OUP, 2015, p. 300-328 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- “La jurisprudence constitutionnelle portugaise sur la crise de la dette publique, vue de l’intérieur”, *Semaine social Lamy*, supplement, 28 novembre 2016, n.º 1746, p. 34-44.
- “O Diálogo entre as Jurisdições Constitucionais e as Jurisdições Europeias em matéria de Direitos Fundamentais”, in Fausto de Santos Morais / José Carlos Kraemer Bortoloti, *A Jurisdição Constitucional e os desafios à concretização dos direitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2016, p. 47-92.
- “O Parecer n.º 2/13 do Tribunal de Justiça relativo à compatibilidade do projeto de acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem”, Marcelo Rebelo de Sousa / Eduardo Vera-Cruz Pinto (coordenadores), *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 97-129.
- “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, *Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law*, vol. 71, n.º 1, 2016, p. 27-57.
- “Tribunais Constitucionais, Tribunais Europeus e Direitos Fundamentais – Do monólogo cauteloso ao diálogo construtivo”, *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Moura Ramos*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2016, p. 599-635.
- Portugal – Perspectives comparatistes – Dialogue entre juges constitutionnels européens, in Baptiste Bonnet (dir.), *Traité des rapports entre ordres juridiques*, Paris, LGDJ, 2016, p. 1501-1510.
- “Opinion 2/13 of the European Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism Revisited”, in Lina Papadopoulou / Ingolf Pernice/ Joseph H. H. Weiler (eds.), *Legitimacy Issues of the European Union in the Face of Crisis – Dimitris Tsatsos memoriam*, Baden-Baden, Hart / Nomos, p. 233-270.

## Curricular unit sheet

### Course Fundamental Rights

Curricular unit

Fundamental Rights (C)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Ana Maria Guerra Martins

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

N/A

#### Learning outcomes of the curricular unit

Starting with an overview of the theoretical premises of the course - multilevel protection of fundamental rights - it proceeds with the identification of the crises (financial and economic, migratory, terrorism and Brexit) and the assessment of their impact on fundamental rights. Afterwards, the course scrutinises the case law of some European constitutional courts, including the Portuguese one, the European Courts of Human Rights and the Court of Justice of the European Union during the multiple crises and seeks to answer the question whether there is (or was) a real judicial dialogue and who is nowadays the final arbitrator of the fundamental rights in Europe. The knowledge of the aforementioned topics are essential for the students who will write a thesis on the matter of fundamental rights.

#### Syllabus

##### **FUNDAMENTAL RIGHTS IN TIMES OF MULTIPLE CRISES IN EUROPE**

###### CHAPTER I

###### MULTILEVEL PROTECTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS

###### CHAPTER II

###### THE IMPACT OF THE MULTIPLE CRISES ON FUNDAMENTAL RIGHTS: RESTRICTIONS AND DEROGATIONS

###### CHAPTER III

###### THE SO CALLED CASE-LAW ON THE CRISES: NATIONAL, INTERNATIONAL, AND EUROPEAN COURTS

###### CHAPTER IV

###### JUDICIAL DIALOGUE DURING THE CRISES

###### CHAPTER V

###### WHO ARE THE LAST ARBITRATORS OF THE FUNDAMENTAL RIGHTS IN EUROPE?

#### Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The main purpose of this master course is to improve the research skills of the students and their knowledge on the matter of multilevel protection of fundamental rights. The second, third and fourth chapter of the syllabus will contribute to the improvement of the knowledge and research skills of the students and the last one will require the development of some innovative and creative skills, which will be very useful in the next step of the course - the writing of a thesis.

#### Teaching methodologies (including evaluation)

This curricular unit will run on a seminar basis, in four phases:

- 1) The professor will make some presentations in order to clarify the objectives of the curricular unit.
- 2) The professor will give a list of topics to the students, who have to choose one of them.
- 3) The students will make an oral presentation on the chosen topic subjected to peers' criticism.
- 4) The students have to write a report.

The evaluation includes:

- 1) Participation in class (20%).



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 2) An oral presentation (30%).
- 3) A written report (50%).

#### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The teaching methods will contribute to improve the research skills of the students as well as their innovative and creative skills, which will be very useful in the next step of the course – the writing of a thesis.

#### Main Bibliography

**Note:** to go further see the bibliography quoted in the following books and article of the professor responsible for this course - Ana Maria Guerra Martins.

##### Books

- *Estudos de Direito Internacional e da União Europeia / Essays on International and European Union Law*, Coimbra, Almedina, 2019.
- *Estudos de Direito Constitucional / Essays on Constitutional Law*, Lisbon, AAFDL, 2019.

##### Articles

- “Constitutional Judge, Social Rights and Public Debt Crisis – the Portuguese Constitutional Case Law”, *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 2015, vol. 22, n.º 5, p. 678-705.
- “Judicial Dialogue in a Multilevel Constitutional Network – the Role of the Portuguese Constitutional Court”, in M. Andenas / D. Fairgrieve, *Courts and Comparative Law*, Oxford, OUP, 2015, p. 300-328 (em colaboração com Miguel Prata Roque).
- “La jurisprudence constitutionnelle portugaise sur la crise de la dette publique, vue de l’intérieur”, *Semaine social Lamy*, supplement, 28 novembre 2016, n.º 1746, p. 34-44.
- “Opinion 2/13 of the Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism”, *Zeitschrift für öffentliches Recht / Journal of Public Law*, vol. 71, n.º 1, 2016, p. 27-57.
- Portugal – Perspectives comparatistes – Dialogue entre juges constitutionnels européens, in Baptiste Bonnet (dir.), *Traité des rapports entre ordres juridiques*, Paris, LGDJ, 2016, p. 1501-1510.
- “Opinion 2/13 of the European Court of Justice in the Context of Multilevel Protection of Fundamental Rights and Multilevel Constitutionalism Revisited”, in Lina Papadopoulou / Ingolf Pernice/ Joseph H. H. Weiler (eds.), *Legitimacy Issues of the European Union in the Face of Crisis – Dimitris Tsatsos memoriam*, Baden-Baden, Hart / Nomos, p. 233-270.